

UNIDADE 2

A Sociologia de Karl Marx

Lúcio Flávio Ferreira Costa
 Maria Ângela Figueiredo Braga
 Maria da Luz Alves Ferreira

2.1 Introdução

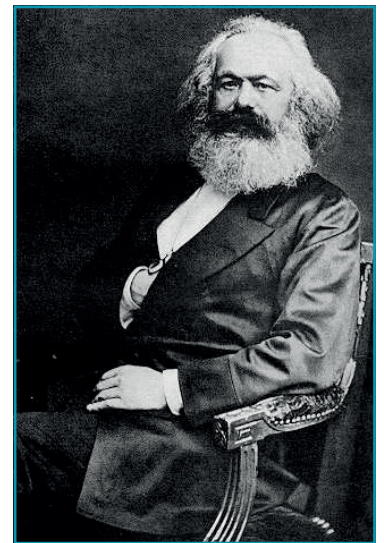
Caros acadêmicos, na primeira unidade vocês foram apresentados ao surgimento da Sociologia, com destaque para as condições históricas e as condições intelectuais que possibilitaram o surgimento da ciência da sociedade, bem como os principais autores das primeiras escolas do pensamento sociológico como: Auguste Comte, Saint-Simon, Owen, entre outros. Desses, somente August Comte foi apresentado.

Nesta unidade vamos introduzi-lo ao pensamento de Karl Marx, um autor muito importante dentro das matrizes da Sociologia clássica, juntamente com Emile Durkheim e Max Weber.

A Sociologia de Marx é, com certeza, uma das grandes contribuições para a compreensão da evolução das sociedades, desde as comunidades primitivas até o comunismo. Embora o objetivo do autor tenha sido fazer uma crítica radical à sociedade capitalista, destacando seus antagonismos e contradições, ele nos presenteia com uma belíssima análise sociológica, mostrando como a sociedade se desenvolveu desde o seu início, as comunidades primitivas, passando pelo escravismo, pelo feudalismo, pelo capitalismo, pelo socialismo e finalmente pelo comunismo que, na visão do autor, era o maior grau de evolução da sociedade humana.

Para facilitar a compreensão de vocês em relação ao autor, a unidade será dividida da seguinte maneira:

- 2.2 O contexto geral da obra de Karl Marx
- 2.3 Papel do cientista, objeto e método de análise Dialética
- 2.4 A Teoria dos modos de produção social
- 2.5 A divisão social do trabalho e classes sociais
- 2.6 A análise da sociedade capitalista
- 2.7 Luta de classes, mercadoria e mais-valia
- 2.8 Conceitos de alienação e ideologia
- 2.9 Atualidades do marxismo



▲
 Figura 4: Karl Marx

Fonte: Disponível em <<http://blog.cancao-nova.com/fatimahoje/files/2007/12/karl-marx.jpg>> Acesso em 24 abr. 2013.

2.2 O contexto geral da obra de Karl Marx

Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), compõe a escola crítica que, como o próprio nome evidencia, ocupou-se de criticar radicalmente a sociedade capitalista, denunciando seus antagonismos e exploração de classes, na medida em que a classe dona dos meios de produção expropriava a classe que não era dona dos meios de produ-

ção. Ao mesmo tempo, propunha como única possibilidade de realização para a sociedade humana a instauração de uma sociedade em que não houvesse nem classes e tampouco a exploração de uma classe sobre outra.

Marx teve parte de sua formação intelectual na Alemanha, onde ingressou e concluiu seus estudos em Direito, nas Universidades de

Bonn e Berlim. Em 1841, defendeu sua tese de doutorado com apenas 23 anos de idade, na área de filosofia, com a tese “As diferenças da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro”, cuja temática versava sobre o materialismo na antiguidade grega (COSTA, 1997).

Paralelamente à produção intelectual, ele dedicou-se ao jornalismo; foi editor chefe de um jornal chamado a Gazeta Renana. Ao deixar esse cargo, intensificou seus estudos, bem como a sua militância política e intelectual no eixo Paris-Bruxelas-Londres, cenários de grande parte da sua produção científica onde, juntamente com Engels, construiu uma obra monumental que objetivava analisar, criticar e lutar para a transformação radical da sociedade capitalista. Vale ressaltar que Engels, quando estudante, adere a ideias de esquerda, o que o leva a aproximar-se de Marx. Engels foi um grande colaborador da

obra de Marx, escrevendo com ele vários textos importantes, mas também publicando vários textos sozinho.

O quadro sociopolítico em que o referido autor viveu, tanto em sua juventude, na Alemanha, quanto na sua passagem pelas capitais Paris, Bruxelas e Londres, foi marcado por elementos importantes: 1) no âmbito político, o processo tardio de unificação liberal-burguesa vivido pela Alemanha a partir de 1830; 2) na esfera intelectual, a tradição filosófica alemã vinda de autores como Kant e Hegel, fomentadores de uma atitude antipositivista, expressas nas diferentes análises de Marx. A influência hegeliana na formação intelectual de Marx impactou profundamente a estruturação do seu pensamento, assim como sua experiência de vida na França e na Inglaterra, países em que a industrialização estava em estágios mais avançados do que na Alemanha (ARON, 2005).

PARA SABER MAIS

As classes sociais identificadas por Karl Marx ao longo da história foram: no Escravismo: escravos x senhores de escravos; no Feudalismo: Senhores feudais x servos; no Capitalismo: Burguesia x proletariado. O autor trabalhava a partir da polarização entre duas classes antagônicas.

2.3 Papel do cientista, objeto e método de análise

Marx analisa a história das sociedades em diversas etapas de desenvolvimento, e em especial a sociedade capitalista. Ele aborda o desenvolvimento histórico a partir de dois aspectos teórico-metodológicos: o materialismo histórico e a dialética.

A dialética é a base filosófica do arcabouço teórico marxista. Através da dialética, busca-se explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, representando uma explicação teórica avançada. Karl Marx, ao adotar como método de análise o materialismo histórico, propôs um instrumento eficaz para a leitura e caracterização da vida

em sociedade e, ainda, da prática social dos homens em todos os períodos históricos, das comunas primitivas até o capitalismo. O modo de pensar dialeticamente de Marx, na verdade transformou-se em uma crítica à dialética dos jovens hegelianos e de L. Feuerbach. Marx criticou esses últimos porque buscaram demonstrar a História como resultado das ideologias e também a presença de heróis. Já Marx enfatizou explicações sobre as formações socioeconômicas e as relações de produção como os fundamentos verdadeiros das sociedades. E por isto o nome materialismo histórico.

Para ele, existiam leis universais que regiam o desenvolvimento da história:

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Estas bases são, pois verificáveis por via puramente empírica. A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza. Não podemos, naturalmente, fazer aqui um estudo mais profundo da própria constituição física do homem, nem das condições naturais que já vem prontas, condições geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras. Toda a historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história (MARX ; ENGELS, 1992, p. 12-13).

Para elaborar a teoria do Materialismo Histórico, Marx refletiu três fontes e recebeu influências que atuaram no desenvolvimento

do seu pensamento:

- A filosofia idealista clássica alemã de Kant, Schelling, Fichte e de Hegel: após a

leitura crítica do idealismo de Hegel, Marx começou a assimilar uma aplicação própria do método dialético;

- O socialismo utópico francês e Inglês: Marx fez uma crítica aos seus principais representantes: Saint-Simon, Fourier, Proudhon e Owen na Inglaterra. Na perspectiva dele, eram socialistas utópicos, mas aproveitou suas bases para elaboração da sua teoria do socialismo científico;
- A economia política clássica inglesa: da leitura da obra de Adam Smith, Marx elaborou a economia política burguesa, fundada no pensamento econômico liberal (ARON, 2005).

De acordo com essa perspectiva, “aplicada aos fenômenos historicamente produzidos, a ótica dialética cuida de apontar as contradições constitutivas da vida social que resulta de uma determinada ordem” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 65). Portanto, Marx era contrário a Hegel, que pressupunha que o pensamento era a “forma fenomenética da ideia”, defendendo o argumento de que “o pensamento

era reflexo do movimento real, transplantado para o cérebro do homem” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 65). Em sua essência, o capitalismo representa um sistema que mercantiliza as relações, as pessoas e também as coisas. Ele identificou no proletariado o sujeito capaz de realizar a grande mudança, ou seja, superar essa forma de sociedade. Nesse contexto, o centro do pensamento de Karl Marx era a interpretação do regime capitalista como contraditório, isto é, dominado pela luta de classes, motor da história, sendo a luta de classes o objeto de análise do autor, que vincula a crítica da sociedade à ação política.

Marx sustentava o argumento de que toda a história da sociedade humana era a história da luta de classes. Portanto, escravos e senhores, servos e senhores feudais, proletariado e burguesia estariam em luta constante, na medida em que historicamente a classe dominante – senhores de escravos, senhores feudais e burguesia – entravam em luta com a classe dominada para continuar com o seu domínio de classe. De acordo com os autores,

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1992, p. 47).

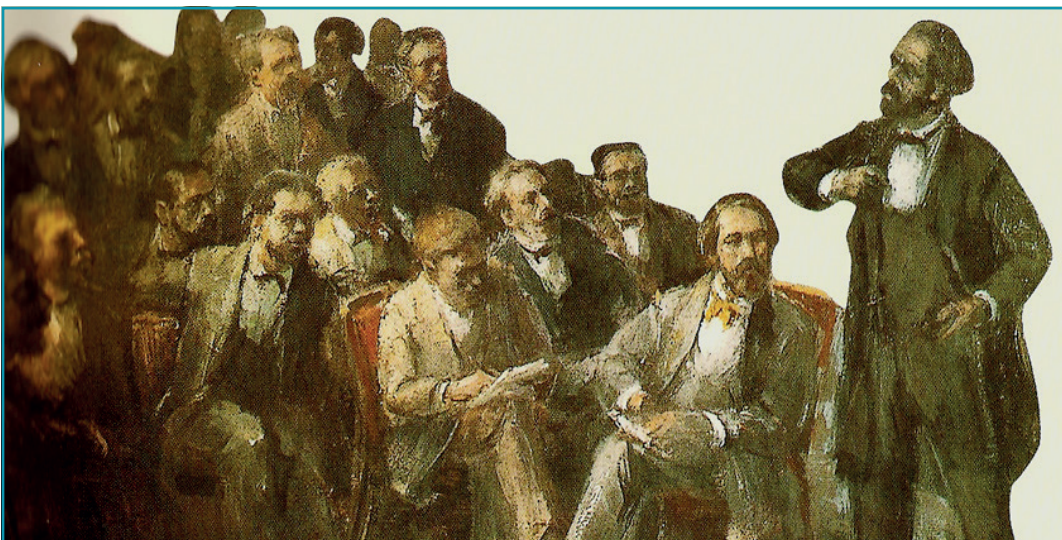
Para Karl Marx, a análise social do materialismo histórico considera que as relações materiais que os indivíduos estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas outras relações sociais. Nesse contexto, em todas as formações – política, econômica e social –, a posição dos indivíduos em relação à propriedade ou não dos meios de produção seria determinante de todas as demais relações sociais.

Na visão do autor, o conhecimento e a

ciência deviam assumir um papel político absolutamente crítico em relação ao capitalismo, devendo ser instrumento de compreensão e de transformação radical da sociedade. Portanto, os estudos não deviam concentrar-se na descrição, mas a análise de como a sociedade é produzida, reproduzida ao longo da história e como os homens, ao longo de sua existência, vão sendo mercantilizados, e o capitalismo torna-se transparente; é desvendado por suas análises.

DICA

Sugerimos como aprofundamento a leitura do livro “A Ideologia Alemã”, que representa a base do materialismo histórico. Nessa obra, Marx e Engels fazem as suas críticas aos outros pensadores idealistas alemães.



◀ Figura 5: Marx discursando na primeira internacional

Fonte: Marxists Internet Archive Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/photo/art/marx-to-communist-league.jpg>> Acesso em 23 abr. 2013.

Partindo desse pressuposto, o pensador defendia o argumento de que o papel do cientista social seria o de participar ativamente dos atos de transformação da sociedade capitalista, através do desempenho de uma função política revolucionária, posicionando-se ao lado das lutas do proletariado, sendo um observador participante e militante.

a) Dialética

Marx trabalha em suas obras com o método dialético e o materialismo histórico. A dialética significava para os filósofos gregos antigos a arte de discutir ou a argumentação dialogada e, para Marx, é pensar o movimento. Para ele, pensar as mudanças naturais e sociais a partir da dialética é o mesmo que acreditar que no universo tudo é movimento e transformação.

Para entendermos a dialética em Marx e Engels, é preciso buscar a discussão em Hegel. Para esse autor alemão, a dialética aborda o movimento do espírito e se realiza

segundo um conjunto de três elementos inter-relacionados:

- A tese é a ideia inicial ou a afirmação de uma ideia;
- A antítese, a negação da tese (afirmação de uma ideia oposta, mas relacionada à tese);
- E a síntese, a negação da antítese, ou negação da negação. A síntese decorre da resolução dessa contradição numa nova ideia que englobe elementos das duas anteriores. Isso significa que a tese é a uma nova unidade que pode ser negada e, no processo de negação, torna-se antítese, resultando em mudanças que se tornarão uma síntese, ou uma nova tese.

Esses são os elementos principais do sistema idealista hegeliano. Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels, foram os fundadores do materialismo dialético, o qual inverte o sistema idealista hegeliano, postulando que não é o pensamento que determina as condições materiais, mas as condições materiais que determinam o pensamento.

Aqui não partimos daquilo que os homens dizem, imaginam, crêem, nem muito menos de que são nas palavras, pensamento, imaginação e representação de outrem, para atingir finalmente os homens em carne e osso. Não, aqui partimos dos homens tomados em sua atividade real, segundo o seu processo real de vida, representando também o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo vital (MARX ; ANGELS, 1992, p. 51).

PARA SABER MAIS

Nos primeiros anos da década de 1860, acontecimentos espetaculares ocorridos no cenário internacional fizeram com que lideranças sindicais e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse os sentimentos universais em favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas. O resultado disso foi a criação da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores em Londres, no ano de 1864.

Para Marx e Engels, a dialética é a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior quanto do pensamento humano. A grande ideia fundamental é que o mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, bem como seus reflexos mentais no nosso cérebro, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações.

Aplicando esse princípio ao processo de produção da vida social e ao processo histórico, esses autores concluem que o homem, a partir do trabalho, realiza a produção das suas necessidades e, ao mesmo tempo, cria a sociedade. Portanto, as transformações que o homem realiza (tanto materiais quanto de

ideias) são partes de um processo dialético. De acordo com essa concepção, não são as ideias ou os valores que os seres humanos guardam que são as principais fontes da mudança social. Em vez disso, a mudança social é estimulada primeiramente por influências econômicas (GIDDENS, 2005, p. 32).

Portanto, os processos naturais e sociais não são coisas perfeitas e acabadas, estão em constante movimento, transformação, desenvolvimento e renovação e não em estagnação e imutabilidade. Logo, o mundo não pode ser entendido como um conjunto de coisas pré-fabricadas, mas como um complexo de processos. Karl Marx faz da dialética um instrumento de análise e crítica social, com a finalidade não de interpretar o mundo, mas de transformá-lo.

QUADRO 2 - Exemplo de dialética para Karl Marx

Tese	Antítese	Síntese
Sociedade feudal →	Transformações: negação das instituições feudais →	Sociedade Capitalista →

Fonte: Elaboração própria.

2.4 A teoria dos modos de produção social

Marx aplicou a dialética na análise histórica, criando o materialismo histórico, ou uma teoria para explicar as sociedades.

O materialismo histórico deve ser entendido como recurso metodológico para compreensão da história da humanidade, do seu desenvolvimento, de determinadas sociedades (formações sociais) em determinadas épocas históricas.

As referências obrigatórias para se compreender como Marx trata o problema da

evolução da sociedade são os livros *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1977) e *A ideologia Alemã* (1992). Essas obras são trabalhos preliminares de *O Capital* e constituem-se nas mais sistemáticas tentativas de enfrentar o problema da evolução social da sociedade humana. Ambos são bastante citados por inúmeros cientistas sociais por apresentarem as ideias centrais do que Marx denominou o “fio condutor” da análise do desenvolvimento histórico.

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida (...)

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 1977, p. 301).

As forças produtivas materiais da sociedade e as relações de produção formam uma unidade. Essa unidade romperá quando as forças produtivas se desenvolverem e exigirem novas relações sociais de produção. Assim, uma época de revolução social surgirá.

É preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção (...) e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (MARX, 1977, p. 302).

Não se pode julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo. Não se pode julgar épocas históricas pela sua consciência. Deve-se explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter. Relações sociais de produção novas não surgirão antes que as condições materiais de existência dessas relações se produzam e estejam desenvolvidas no seio da velha sociedade (MARX, 1977, p. 302).

Os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser classificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. Envolvem

forças produtivas e, por conseguinte, relações sociais de produção correspondentes a cada uma das épocas históricas.

As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social – contradição não individual – que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No seio da sociedade burguesa, as forças produtivas (antagônicas) se desenvolvem e criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para solução desse antagonismo (MARX, 1977, p. 302).

Marx e Engels (1987, p.3) iniciam a primeira parte do manifesto comunista com a seguinte frase: “A história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias é a história da luta de classes”. Ainda que Marx concentrasse grande parte de sua atenção no capitalismo e na so-

PARA SABER MAIS

Do comunismo primitivo ao comunismo. Segundo Marx, a história da sociedade humana segue uma evolução balizada por cinco etapas importantes: a comunidade primitiva (não existe ainda a propriedade privada), o regime escravista (surge a dominação do homem sobre o homem), o regime feudal (o mais importante é a propriedade de terras e começam a ganhar vigor as forças produtivas), o capitalismo (propriedade privada dos meios de produção), o socialismo (socialização dos meios de produção) e, afinal, o comunismo).
 Fonte: LALLEMENT, 2003, p.119.

cidade moderna, ele também examinou como as sociedades haviam se desenvolvido ao longo do curso da história. De acordo com Marx, os sistemas sociais fazem a transição de um modo de produção a outro – algumas vezes gradual-

mente e algumas vezes através da revolução – como resultado de contradições em suas economias. Os conflitos de classes proporcionam a motivação para o desenvolvimento histórico – eles são o “motor da história”.

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1983, p. 24).

O mundo concreto para Marx é a contradição, uma unidade de múltiplas determinações. Para se compreender a sociedade, faz-se necessário entender as estruturas que determinam a ação humana. Como as formas de produção variam, as relações sociais também

se alteram, configurando sociedades num estágio histórico determinado: sociedade antiga, sociedade feudal, sociedade burguesa... A cada uma delas corresponde um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade.

QUADRO 3 - Modos de produção indenticados por Karl Marx

Modos de produção						
Primitivo	Antigo	Escravista	Feudal	Capitalista	Socialista	Comunista

Fonte: Elaboração própria

A preocupação do autor é estabelecer o mecanismo geral de todas as transformações sociais, bem como da formação de relações sociais de produção que corresponde a um estágio definido do desenvolvimento das forças produtivas materiais, o desenvolvimento periódico de conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, as épocas de revolução social em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas.

Karl Marx analisa o homem como um animal social, que cria e recria sua existência

servindo-se da natureza e transformando-a pelo trabalho. Ao transformar a matéria-prima em produtos manufaturados e/ou industrializados, o homem desenvolve a cooperação e uma divisão social do trabalho; esta, aliada ao excedente, possibilita a troca. Inicialmente, tanto a produção quanto a troca tem apenas a finalidade de uso, ou seja, a manutenção do produtor e de sua comunidade.

O autor se ocupa das relações que os homens estabelecem entre si, resultante da especialização do trabalho (troca). Essas relações se tornam cada vez mais sofisticadas, até que a invenção do dinheiro, a produção de mercadorias e a troca permitam a acumulação de capital.

Ele destaca, ainda, que a dupla relação de trabalho-propriedade é progressivamente rompida na medida em que o homem afasta de sua relação primitiva com a natureza. tal relação assume a forma de uma progressiva separação entre o capital e o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização/separação entre os meios e os objetos de trabalho, conseqüentemente, a separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural de trabalho.

Essa separação se completa no capitalismo quando o trabalhador é reduzido a simples força de trabalho. Inversamente, a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção inteiramente divorciados do trabalho, culminando na separação total entre o uso e a troca.



Para Marx, o desenvolvimento econômico não pode ser visto simplesmente como um crescimento econômico e muito menos decompor-se numa variedade de fatores isolados (produtividade ou taxa de acumulação de capital), pois, segundo ele, as relações sociais de produção e as forças produtivas materiais não podem ser separadas. O exemplo que o autor dá é o estado de vários modos de produção pré-capitalista. Entende que é errado conceber o materialismo histórico como uma interpretação econômica ou sociológica da história.

Em Marx, é o conjunto das relações de produção, constituído pela estrutura econômica da sociedade, que representa a base concreta, a infraestrutura sobre a qual se constitui a superestrutura jurídica e política, que correspondem às formas de consciência social de-

terminada. Para o autor, o modo de produção da vida material dos homens condiciona, em geral, todo o processo de vida social, política e intelectual.

O Materialismo histórico nos permite, pela primeira vez, estudar com precisão as condições sociais da vida das massas e as modificações dessas condições. Na sua visão, o marxismo abriu caminho para o estudo global e universal do processo de gênese do desenvolvimento e de declínio das formações econômicas e sociais. O exame do conjunto das tendências contraditórias, reduzindo-as às condições de existência e de produção claramente determinadas, das diversas classes da sociedade e, assim, afastando o subjetivismo ao considerar que somos nós os "artífices da história" (LÊNIN, 1980).

2.5 Divisão social do trabalho e classes sociais

Na concepção de Marx, se o trabalho é condição de existência humana, a divisão do trabalho significou o surgimento da sociedade. Condicionado por suas necessidades, o homem desenvolveu determinadas atividades produtivas das quais emergiram relações sociais convergentes com os estágios históricos de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho. A mesma correspondência define todas as formas de ideias, de consciência e de representações da vida social.

Para Marx, o grau de desenvolvimento de uma sociedade somente pode ser percebido a partir do reconhecimento do grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, pela divisão do trabalho e pelas relações sociais moldadas em cada sociedade. Os homens são condicionados pelo desenvolvimento do modo de produção da vida material; conseqüentemente, a formação das classes sociais em cada período histórico depende das relações sociais de produção. As relações sociais se desenvolvem na medida em que os homens procuram satisfazer suas necessidades materiais.

Portanto, os homens são produtos das circunstâncias, pois criam e alteram suas bases de existência social, quando a ação humana pode alterar o conjunto das relações sociais.

Nesse sentido, toda a história da humanidade deve partir da análise dos processos em que o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo transforma a si mesmo. Não se trata apenas da existência física, mas da reprodução

das suas condições de existência.

Para Marx, o grau de desenvolvimento de uma sociedade somente pode ser percebido a partir do reconhecimento do grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, pela divisão do trabalho e pelas relações internas e externas que moldam suas estruturas. Os homens são condicionados pelo desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais e pelas relações a elas correspondentes em todas as suas formas. A cada novo estágio de divisão do trabalho "alteram-se as relações dos indivíduos entre si, no tocante às coisas, instrumentos e produtos de trabalho" (MARX; ENGELS, 1992, p. 47).

A divisão social do trabalho existe em todos os tipos de sociedade e tem origem nas diferenças da fisiologia humana, diferenças estas que são usadas para favorecer determinados fins, dependendo das relações sociais predominantes na sociedade concreta. Isto é o reconhecimento de que diferentes grupos sociais têm especificidades quanto a suas formas de garantir a sobrevivência, o que implica em diferentes tipos de relações sociais estabelecidas em diferentes ambientes de produção das necessidades humanas. Nesse sentido, Marx estabelece as formas pelas quais a humanidade impulsionou a especialização da produção e, portanto, a divisão do trabalho.

Em *A Ideologia Alemã* (1992), Marx identificou as etapas da divisão social do trabalho, correspondendo às distintas formas de pro-

PARA SABER MAIS

Esta segunda forma de propriedade tem sua origem na formação das cidades pela união, por acordo ou conquistas de grupos tribais. Continua a existência da escravidão. A divisão social do trabalho já é bastante complexa entre a indústria e comércio exterior; entre homens livres e escravos. A sociedade romana, durante o império romano, representa o último estágio de desenvolvimento nessa fase de evolução.

priedade: os estágios do desenvolvimento da divisão do trabalho têm seus respectivos correspondentes com as formas de propriedade. A primeira delas é a propriedade da tribo, e a divisão do trabalho corresponde à extensão da divisão natural do trabalho. Na comunidade tribal, a divisão do trabalho se baseia primeiramente na diferença dos sexos para, em seguida, tomar por base as diferenças das forças físicas entre os indivíduos de ambos os sexos.

Esse tipo de propriedade era caracterizado por estágio de não desenvolvido da produção; as pessoas se alimentavam através da caça, da pesca e da criação de animais. A estrutura social baseia-se no desenvolvimento e na modificação do grupo de parentesco e na divisão interna do trabalho. Nesse modo de produção social, tudo que era produzido era de uso coletivo e as trocas entre as tribos e/ou bandos eram equitativas, ou seja, o que definia o valor de um produto era a necessidade de alguma pessoa.

Com o avanço da sociedade e consequente aperfeiçoamento da produção, as pessoas começaram a produzir mais do que o necessário para sobreviver. A partir desse momento, as tribos e/ou bandos começaram a guerrear entre

si para dominar o excedente da produção e os grupos vencedores transformavam os grupos vencidos em escravos. Em decorrência, surgem as classes sociais e a propriedade privada dos meios de produção. Essa nova realidade culmina com o surgimento da escravidão, que tem origem no aumento da população, incremento de relações externas, representadas pela guerra e pelo escambo. Ocorre também a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, bem como a distinção e a oposição entre a cidade e o campo.

A segunda forma de propriedade é a propriedade antiga, comunal e propriedade do Estado, resultado da associação de tribos em uma cidade, por contrato e por conquista.

A divisão do trabalho já demonstra a separação entre cidade e campo, o desenvolvimento da propriedade privada e das relações de classe entre cidadãos, guerreiros, coletores de impostos, clero, escravos, trabalhadores livres etc. Nota-se que do princípio do desenvolvimento da propriedade privada surge, pela primeira vez, as relações que reencontraremos na propriedade privada moderna.

Figura 6: Nas comunidades primitivas, as pessoas viviam em bandos e tudo que era caçado ou coletado era apropriado por toda a comunidade



Assim, a divisão do trabalho desenvolve-se, não mais como na primeira divisão sexual e depois natural, em virtude das disposições naturais. Para Marx, a divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão social do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre trabalho material e intelectual.

A distribuição de tarefas entre os indivíduos ou grupos é produto da sociedade e

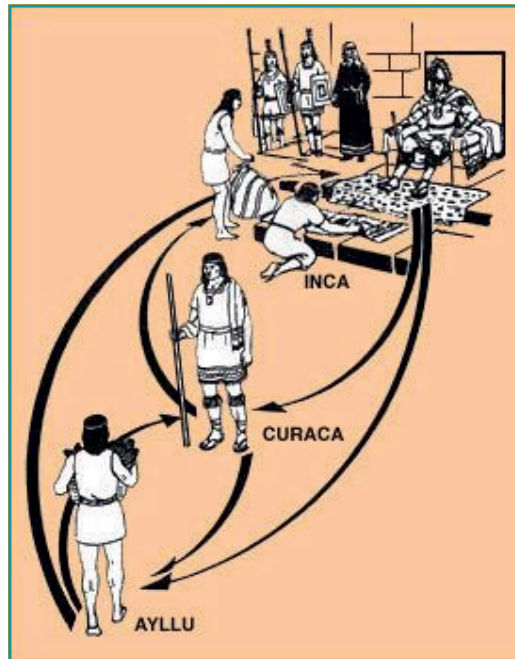
expressa as condições históricas e sociais de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedade. “Igualmente, a divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: enuncia-se, na primeira, em relação à atividade, aquilo que se anuncia e, na segunda, em relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 1992, p. 57).

A terceira forma é a propriedade feudal ou por ordens. É caracterizada pelo trabalho servil, repousada sobre a classe dos camponeses avassalados, cuja estrutura da propriedade da terra reproduziu as estruturas sociais e de dominação da nobreza sobre os servos. As relações entre as classes no feudalismo reproduzem essa estrutura, acrescentando, ainda, o clero.

Nos últimos séculos da vigência da sociedade feudal na Europa, ocorre o surgimento das cidades, dos burgos, as oficinas com a “organização feudal das profissões”, reproduzindo quase que nas mesmas condições aquelas desigualdades existentes no campo. Com a revolução comercial, o surgimento das manufaturas, a divisão entre o comércio e a indústria acontece na medida em que as cidades proporcionam o desenvolvimento das relações de troca e intercâmbio entre elas. (MARX; ENGELS, 1992, p. 47-48).

Na propriedade feudal ou por estamentos, o ponto de partida da organização social era a área rural e não a cidade. Nesse cenário, havia os senhores feudais e suas propriedades de um lado, de outro, havia os servos, que constituíam a classe explorada. Nesse modo de produção social, há o surgimento de uma divisão de trabalho paralela nas cidades, cuja forma básica de propriedade era o trabalho privado dos indivíduos, as guildas dos mestres e artesãos. Caracteriza-se, ainda, pelo surgimento do comércio. A divisão do trabalho era pouco desenvolvida no feudalismo, mas expressava-se principalmente na rígida separação dos vários “estamentos” (príncipes, nobres, clero e camponeses) na área rural, (mestres, oficiais, aprendizes e, eventualmente, a plebe de jornaleiros), nas cidades. Esse sistema baseava-se na grande extensão territorial e exigia unidades políticas relativamente grandes, no interesse da nobreza proprietária de terras e das cidades; as monarquias feudais, satisfazendo esta exigência, tornaram-se, assim, universais.

Marx destaca um elemento importante nesse período de transição do feudalismo para o capitalismo, pois diz respeito à propriedade privada do trabalho, em que o produtor detém o controle sobre o processo de produção das ferramentas e sobre o produto. Com o assalariamento, nas oficinas e na indústria, o trabalho passa a ser propriedade social; o produtor vende sua força de trabalho para o capitalista. Assim, o trabalho torna-se abstrato, fonte de criação de valor. Por fim, o trabalho abstrato é dirigido para a produção de mercadorias, tornando-se trabalho alienado.



◀ Figura 7: A divisão do trabalho na sociedade Inca

Fonte: Disponível em <<http://evoluciondelaeconomiaedelperu.blogspot.com.br/2010/04/economia-en-la-epoca-incaica.html>> Acesso em 24 abr. 2013.

A quarta forma de propriedade é a propriedade capitalista, quando a divisão do trabalho corresponde à divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (ou do capital). As duas principais classes sociais que se formam são burguesia e proletariado. A primeira é detentora do capital, a segunda é proprietária da força de trabalho que é vendida como mercadoria no sistema capitalista.



Esse modelo dicotômico não é suficiente para posicionar todos os indivíduos de uma sociedade capitalista, pois cada vez mais seu desenvolvimento levou a grandes modificações econômicas e políticas em inúmeras sociedades, ocasionando subdivisões no interior das classes sociais, principalmente nas “classes médias”.

Se analisarmos um trecho do livro O Capital, de Marx, podemos verificar essas questões:

▲ Figura 8: Sociedade Inca

Fonte: Disponível em <<http://civilizacaoinca.blogspot.com.br/p/cultura.html>> Acesso em 24 abr. 2013.

É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde, na-

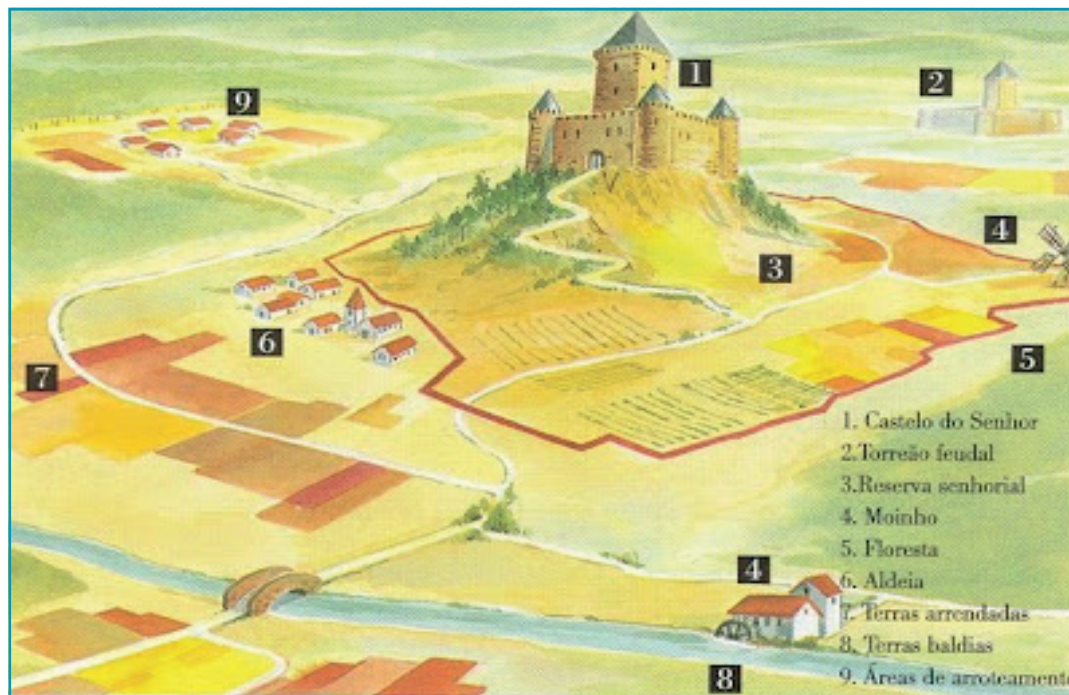
ATIVIDADE

Faça uma análise do quadro destacando como se davam as relações de poder no feudalismo e como era a divisão social do trabalho. Leve seu comentário para o fórum de discussão.

turalmente, a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a estrutura social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. Isso não impede que a mesma base econômica – a mesma quanto às condições principais – possa, devido a inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc., exibir infinitas variações e graduações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas. (MARX, 1999, p. 251-252)

Figura 9: relações de poder no feudalismo

Fonte: Disponível em <<http://geoconceicao.blogspot.com.br/2009/07/origem-do-feudalismo.html>> Acesso em 24 abr. 2013.



Num primeiro momento, percebemos a definição que Marx faz das relações entre proprietários e não proprietários dos meios de produção como determinantes da formação da estrutura social (e conseqüentemente das classes sociais). Mas ele aponta, também, que é possível encontrar complexidades em diferentes lugares e contextos, logo relações econômicas e políticas complexas podem gerar novas classes e frações de classes sociais em diferentes sociedades capitalistas.

Este sempre foi e ainda é um importante ponto de debate para o marxismo: a configuração das classes sociais em diferentes sociedades, em diferentes contextos políticos, so-

ciais, culturais e econômicos.

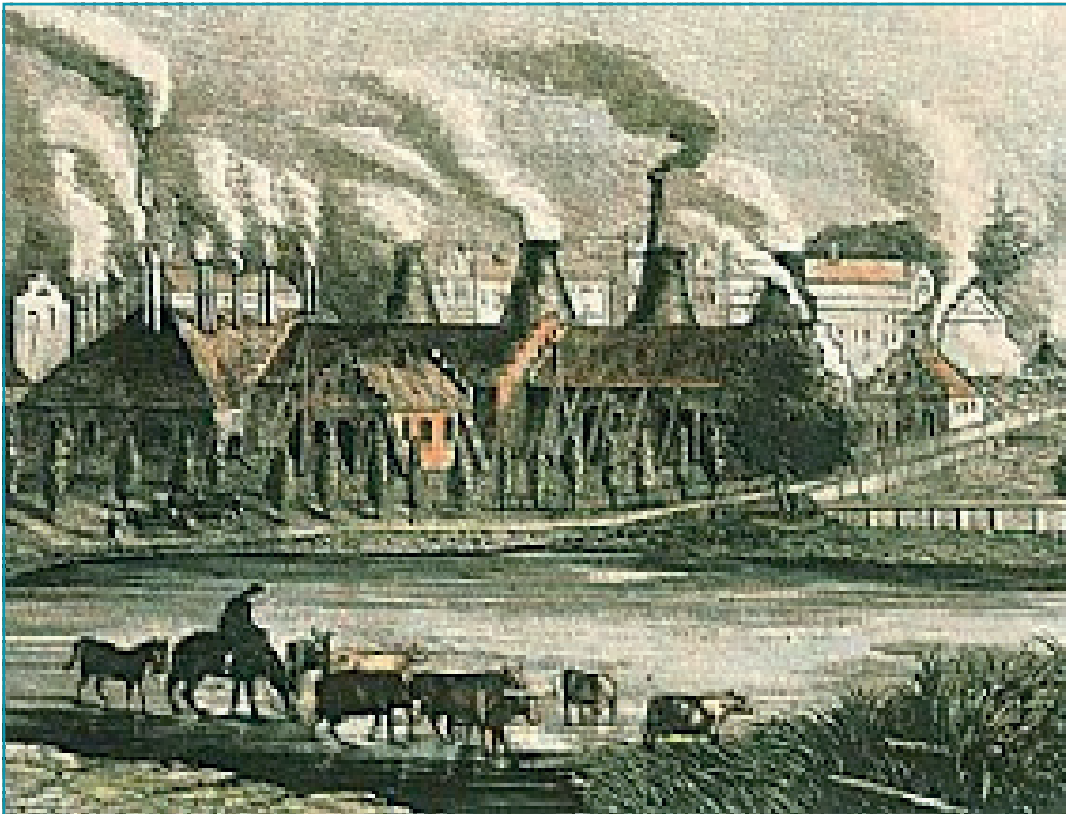
A persistência da divisão do trabalho típica do capitalismo acontece por causa do domínio do capital sobre os produtores diretos. A divisão do trabalho é imposta aos indivíduos pela sociedade que eles mesmos criaram, pois, no momento em que o trabalho é repartido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e que não pode sair, devido às suas condições sociais de subsistência.

Por outro lado, sua abolição somente ocorrerá com a abolição de todas as formas de propriedade privada.

Uma vez abolida a base, a propriedade privada, e instaurada a regulamentação comunista da produção, que abole no homem o sentimento de estar diante de seu próprio produto como diante de uma coisa estranha, a força da relação da oferta e da procura é reduzida a zero e os homens retomam o seu poder, o intercâmbio, a produção, a sua modalidade de comportamento uns face aos outros. (MARX ; ENGELS, 1992, p. 60)

Marx analisou todas as formas de propriedade como formas analíticas da evolução cronológica e, na quarta com o surgimento do proletariado, diz que a exploração não mais ocorre na forma grosseira da apropriação de

homens (como escravos ou servos), mas na apropriação do trabalho. Para o Capital, o trabalhador não é uma condição de produção, só o trabalho o é. Se este puder ser executado por máquinas, ou pela água ou ar, tudo bem.



◀ Figura 10: A partir da Revolução Industrial ocorre profundas mudanças nos cenários urbanos

Fonte: Disponível em <http://www.jornallivre.com.br/images_enviadas/revolucao-industrial-20040711a.jpg> Acesso em 23 abr. 2013.

O capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho, e não diretamente, mas por meio de troca.

Na perspectiva de Marx, a sociedade burguesa, emergindo do feudalismo, constitui a quarta forma de propriedade. A afirmativa de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa representavam etapas de progresso não implica, portanto, qualquer visão unilinear e simplista da história, nem resulta na opinião primária de que toda a história é progresso. Ele apenas reconhece que cada um desses sistemas cada vez mais se afasta, em aspectos cruciais, da situação primitiva do homem.

O referido autor utilizou 03 fenômenos para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: 1) uma estrutura social agrária que possibilite a libertação dos camponeses, num certo momento; 2) o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores da produção de mercadorias especializadas, independentes, não agrícola; 3) a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura.

Em síntese, Marx destacou a progressão

de estágios históricos, que começou com primitivas sociedades comunais de caçadores e coletores e passou através de antigos sistemas escravistas e sistemas feudais baseados na divisão entre proprietários de terra e servos. O aparecimento de mercadores e artesãos marcou o início de uma classe comercial ou capitalista que veio para substituir a nobreza proprietária de terras. Em concordância com essa concepção de história, Marx argumentou que, da mesma forma que os capitalistas tinham se unido para depor a ordem feudal, os capitalistas também seriam suplantados e uma nova ordem seria instalada, o socialismo.

Para Marx e Engels, a classe operária, engajada em sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e uma transição para o socialismo. Pertencer a uma classe, porém, depende de conhecer sua própria condição e posição dentro do processo de produção, ampliando para uma identidade de interesses e daí para a luta política, em partidos, sindicatos e movimentos sociais. Vejamos como essa discussão foi apresentada por Marx:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. (MARX, 1977, p. 277)

Uma classe só pode agir com êxito se adquirir consciência de si mesma da maneira prevista pela definição de transformar-se de classe em si para classe para si e se, ao contrário, isso não se realizar, sua ação política fracassará.

Finalmente, pudemos perceber que a discussão de Marx sobre as classes sociais não é, pois, coisa ou ideia abstrata; as classes sociais

se constroem, se fazem no cotidiano das experiências históricas, que acontecem nas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. Quando Marx fala, por exemplo, de “proletariado” e “burguesia”, esses termos têm para ele um sentido específico e concreto conferido pela relação estrutural dessas duas classes dentro da sociedade capitalista.

2.6 A análise da sociedade capitalista

Para Marx, o ponto central na análise da sociedade moderna é a contradição. O conflito entre o proletariado e os capitalistas é o fato mais importante da sociedade moderna, o que revela a natureza essencial dessa sociedade, ao mesmo tempo em que permite prever o desenvolvimento histórico. Ele argumenta que é impossível separar o sociólogo do homem de ação, já que demonstrar o caráter antagônico do capitalismo leva irresistivelmente a anunciar a autodestruição do capitalismo e, ao mesmo tempo, incitar os homens a contribuir

de alguma forma para a realização do destino já traçado (QUINTANEIRO; BARBOSA; GARDÊNIA, 2002).

Por que a crítica ao capitalismo? De acordo com Marx, o capitalismo é inerentemente um sistema desigual, no qual as relações de classe são caracterizadas pelo conflito/antagonismo. Ainda que os detentores do capital e os trabalhadores sejam dependentes um do outro – os capitalistas precisam de mão de obra e os trabalhadores precisam de salários –, a dependência é altamente desequilibrada.

2.7 Luta de classes, mercadoria e mais-valia

GLOSSÁRIO

Mais-valia: era definida por Marx com a diferença entre o valor necessário à sobrevivência do trabalhador e o excedente que produz e que é acumulado pelo capitalista. É a diferença entre o valor que ele produz e o valor da sua força de trabalho.

A relação entre classes é de exploração, uma vez que os trabalhadores têm pouco ou nenhum controle sobre seu trabalho (são alienados, separados), e os empregadores são capazes de gerar lucro ao se apropriarem do produto do trabalho dos operários. Isto é, o lucro capitalista é a mais-valia produzida pelo operário.

Mas, como se produz a mais-valia? Marx dá o seguinte exemplo: o trabalhador é contratado por 10 moedas para trabalhar em uma jornada de trabalho de 8 horas dia, mas ele produz mercadorias relativas a 20 moedas diariamente, gerando um excedente de trabalho diário de 10 moedas, que é a mais-valia. Quando somados milhares de trabalhadores, temos uma imensa quantidade de mais-valia acumulada, gerando a profunda desigualdade econômica e social na sociedade capitalista.

A força de trabalho é a mercadoria que possui a propriedade única de ser capaz de criar valor, ingrediente essencial para a produ-

ção capitalista e criação do lucro.

O caráter contraditório do capitalismo se manifesta no fato de que o crescimento dos meios de produção, em vez de se traduzirem pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, leva a um duplo processo de proletarianização e pauperização. Marx vê o capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado são classes sociais revolucionárias e antagônicas. A burguesia foi uma classe revolucionária porque fez a revolução que instaurou o capitalismo. O proletariado é revolucionário porque lutará para a destruição do regime capitalista.

Para ele, toda a história humana, não só a do capitalismo, é a história da luta de classes. O capitalismo define a classe em si a partir do critério objetivo, ou seja, a posição que ocupa na produção e classe para si a partir do critério subjetivo, que envolve identidade e/ou pertencimento a uma determinada classe, assim é uma classe política, na medida em que é con-

ceituada como grupo de pessoas que se organizam politicamente para defender seus interesses (QUINTANEIRO; BARBOSA; GARDÊNIA, 2002).

Na perspectiva marxista, a burguesia, para afirmar-se como capitalista, precisa não só apropriar-se do produto do trabalho excedente (não pago/mais-valia), mas também reconhecer o produtor do trabalho excedente, a mais-valia, que aparece na sua consciência como lucro. Da mesma forma, o proletário, para afirmar-se como tal, precisa não só de afirmar-se como produtor de mercadoria ou vendedor da força de trabalho, mas também reconhecer o proprietário dos meios de produção que se apropria do produto do trabalho não pago. Essas questões constituem-se em relações básicas de dependência, alienação e antagonismo, que fundam a existência e a consciência do proletariado e do capitalista (QUINTANEIRO; BARBOSA; GARDÊNIA, 2002).

2.8 Conceitos de alienação e ideologia

Alienação para Marx é a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo ou grupo social se tornam alheios, estranhos, separados, enfim alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade produtiva. Alienação, para Marx, nasce da forma como a força de trabalho é utilizada no sistema de produção capitalista, pois é uma mercadoria, cuja existência está orientada para a posse privada e para o mercado. Submete-se o trabalhador às relações capitalistas de produção, em que a intensidade do trabalho, a criação e o destino das mercadorias se tornam coisa, levando a alienação ao não reconhecimento do mundo real e das reais possibilidades humanas.

O núcleo explicativo desse processo é a categoria de mais-valia, pois revela uma relação determinada de alienação e antagonismo, na qual se encadeiam e opõem operário e capitalista. O trabalhador troca com o capital o seu próprio trabalho, aliena-o. O preço que recebe é o valor dessa alienação.

Alienação é sempre alienação de si próprio, sendo não apenas um conceito, mas também um apelo à modificação revolucionária do mundo (desalienação). Dessa forma, Marx questiona a possibilidade do conhecimento do mundo real. Nesse sentido, podemos associar o conceito de alienação ao de ideologia.

As ideias de toda ordem derivam do substrato material da história, e no capitalismo não

Marx acreditava que o conflito de classes, em função dos recursos econômicos, tornar-se-ia mais agudo com o passar do tempo e, com isso, a inevitável revolução dos trabalhadores, que poderia acabar com o sistema capitalista, capaz de introduzir uma nova sociedade na qual não haveria classes – nem divisões entre ricos e pobres.

A sociedade não seria mais dividida entre uma pequena classe, que monopoliza o poder econômico e político, e uma grande massa de pessoas que pouco se beneficia da riqueza que seu trabalho cria. O novo sistema econômico se encontraria sob a propriedade estatal e uma sociedade mais humana e democrática do que esta que conhecemos no presente seria estabelecida. Marx acreditava que, na sociedade do futuro, a produção seria mais avançada e eficiente do que a produção sob o capitalismo.

PARA SABER MAIS

Para Marx, a força de trabalho humana era uma mercadoria como qualquer outra, a única especificidade é que esta produz valor.

Figura 11: Em Marx a alienação ocorre no processo de produção, pois a força de trabalho torna-se uma mercadoria, mais uma peça da engrenagem da maquinaria.

Fonte: Disponível em <http://bp3.blogger.com/_U9c-kWSRqX4/R7lcPBUDh6I/AAAAAA-AABzw/nkT4rOY4Q2A/s1600-h/trabalhador-engrenagens---IND022.jpg> Acesso em 24 abr. 2013.

é diferente. Para Marx, o desenvolvimento das ideias era subordinado, dependente, e estava sistematizado na ideologia – compêndio das ilusões através das quais os homens pensavam sua própria realidade de maneira enviesada, deformada, fantasmagórica. A ideologia para Marx é a consciência falsa, equivocada, da re-





alidade, não deliberada, mas necessária ao pensamento de determinada classe social, a burguesia, sob determinadas condições de sua posição e funções em relação às demais classes.

Toda produção de ideias, representações e formas de consciência social resulta das relações sociais de produção capitalistas. A permanência da alienação e sua legitimação através da ideologia garantem a reprodução do modo capitalista de produção. “O processo de produção capitalista, considerado como um todo

articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado” (MARX, 1977, p.161).

As ideias e representações são produções concretas de homens concretos, não dissociados da vida real, não existindo, portanto, autonomia da ordem moral, da política, da religião, e das leis, de uma sociedade qualquer. Os homens não agem sobre bases que não sejam os limites colocados pelo processo de desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo processo vital de suas vidas.

Mas Marx pensou o fim da alienação, quando o homem deveria ultrapassar todos os obstáculos da sociedade, como ser concreto, e romper todos os obstáculos para o desenvolvimento do seu ser. O proletariado, uma classe desprovida de direitos e de bens, seria capaz de subverter a estrutura da sociedade moderna e buscar a supressão de qualquer tipo de alienação através da revolução proletária e socialista.

É preciso que a massa da humanidade que se encontra privada de propriedade e se ache em contradição com um mundo da riqueza e da cultura existente, faça a revolução contra o poder estabelecido.

Uma vez abolida a base, a propriedade privada, e instaurada a regulamentação comunista da produção, que abole no homem o sentimento de estar diante de seu próprio produto como diante de uma coisa estranha, a força da relação da oferta e da procura é reduzida a zero e os homens retomam o seu poder, o intercâmbio, a produção, a sua modalidade de comportamento uns face aos outros. (MARX ; ENGELS, 1992, p. 60)

Os homens estão determinados em toda produção de ideias, das representações e da consciência à produção da vida material. “Os homens são condicionados pelo desenvolvimento determinado de suas forças produtivas e das relações a elas correspondentes, incluindo-se as mais amplas formas que estas possam tomar. A consciência jamais pode ser outra coisa que o Ser consciente e o Ser consciente é o seu processo real da vida” (MARX; ENGELS, 1992, p. 50).

Figura 12: O homem alienado na sociedade capitalista não se reconhece no processo produtivo, na produção de mercadorias e de capital, como algo real.

Fonte: Disponível em <<http://ahistoriafilosofica.blogspot.com.br/2010/08/tipos-de-alienacao.html>> Acesso em 24 abr. 2013.

DICA

Assista ao filme **Tempos Modernos**, dirigido por Charles Chaplin, e discuta com os colegas a inserção do trabalhador no mundo do trabalho na atualidade. O filme conta a história de um operário e uma jovem. O operário é empregado em uma grande fábrica e desempenha um trabalho repetitivo de apertar parafusos. De tanto realizar essa tarefa, o operário tem problemas de stress e estafa.

2.9 Atualidades do marxismo

O trabalho de Marx teve um efeito de longo alcance no mundo do século XX. Até recentemente, mais de um terço da população mundial vivia em sociedades socialistas importantes no mundo como a União Soviética e os vários países da Europa Oriental, cujos governos afirmavam tinham inspiração das ideias de Marx.

A análise da sociedade capitalista empreendida por Marx e Engels levou a observação empírica dos fenômenos econômicos, dirigidos principalmente para o entendimento do conjunto das relações sociais de produção, para daí estabelecer o elo entre as estruturas sociais, políticas e ideológicas da sociedade capitalista.

A perspectiva teórica marxista encontrou

ao longo da história inúmeros adeptos, como também fundamentou os partidos marxistas entre os operários, além de possibilitar aos intelectuais realizarem uma crítica da realidade e também influenciar suas atividades científicas de um modo geral e, especificamente, a área das ciências humanas.

Sua contribuição teórica ultrapassa a dimensão apenas da ciência, constituindo uma verdadeira ética humanista, que conchama a justiça e a igualdade dos homens. O autor consegue com sua obra estabelecer relações profundas entre a realidade e a filosofia, a realidade e a ciência.

Ao se adotar a proposta teórica marxista, deve-se então abarcar além da simples aceitação do ideário comunista de uma sociedade

sem classe e sem propriedade privada, a necessidade de seguir seus pressupostos teóricos, exercendo a crítica veemente do momento histórico em que se vive e buscar por meio dessa crítica uma posição ideológica e política coerente.

Referências

- ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. São Paulo: Arx, 2005.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.
- COSTA, Lúcio Flávio F. **A divisão do trabalho na perspectiva da Sociologia clássica**. Cadernos de Pedagogia. Unimontes, Departamento de Pedagogia, nº 02, ano 02, dez./96, p. 15-24.
- ELSTER, Jon. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- IANNI, Octávio (org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1992.
- LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.119.
- LENIN, Vladimir I. **O que é o marxismo?** Porto Alegre: Movimento, 1980.
- MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política do capital**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **O manifesto do partido comunista**. Moscou: Edições Progresso, 1987.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História**. São Paulo: Scipione, 2005